

A) Os países da OECB conseguiram corrigir os seus desequilíbrios de balanço de pagamentos muito mais depressa do que era de se imaginar. De acordo com as estimativas do Fundo Monetário Internacional, o **deficit** em conta-corrente desses países, no corrente ano, deverá limitar-se a 1,3 bilhão de dólares, em contraposição aos 13,9 bilhões do ano passado;

B) Em matéria de ritmo de inflação, prevê-se alguma melhoria em 1975, exceto no caso do Reino Unido. A redução do ritmo inflacionário, todavia, deverá processar-se em ritmo bem mais lento do que a dos **deficits** em conta-corrente, devido aos efeitos de realimentação das altas de preços e à pressão dos sindicatos;

C) A melhoria do balanço de pagamentos e da inflação nos países da OECB deveu-se a três fatores básicos: I) às políticas monetárias e fiscais bastante restritivas adotadas pelos países desenvolvidos; II) às medidas de economia de energia, bastante facilitadas pelo inverno brando no Hemisfério Norte; III) ao aumento das importações dos países da OPEP, em ritmo muito mais veloz do que se poderia prever;

D) O combate à inflação e ao desequilíbrio no balanço de pagamentos levou os países desenvolvidos à mais profunda crise econômica desde a década de 1930. Como se disse, já em 1974 os países da OECB apresentaram uma queda de 0,2% no seu produto real, contra um crescimento de 6,2% em 1973. Para 1975, prevê-se uma queda média de 1,1% no produto real desses países, que vêm nas altas taxas de desemprego o seu problema mais angustiante; a melhoria do balanço de pagamentos e a contenção da inflação estão levando esses países a procurar reativar suas economias, via políticas monetária e fiscal. Há sinais de certa recuperação nos Estados Unidos, mas a crise persiste no resto do mundo desenvolvido;

E) Os países em desenvolvimento não exportadores de petróleo vêm sofrendo o contínuo agravamento dos seus **deficits** em conta corrente. Em 1973, esses **deficits** totalizaram 8,9 bilhões de dólares, cifra em que poderia considerar normal em termos de absorção de capital. Em 1974, subitamente o total do **deficit** em conta corrente desses países aumentou para 27,2 bilhões de dólares e, em 1975, segundo as projeções do FMI deverá elevar-se ainda mais, atingindo a cerca de 35,7 bilhões.

A custa do 3º Mundo

Esta última observação aponta o problema mais grave hoje enfrentado pelo Terceiro Mundo: o ajuste do balanço de pagamentos do bloco desenvolvido, em grande parte, está se processando à custa do agravamento do desequilíbrio em conta corrente dos países em desenvolvimento. Três razões explicam esse processo de transferência de **deficits**:

a) As pautas de importação dos países em desenvolvimento costumam ser muito menos compressivas e elásticas do que as das nações de alta renda **per capita**;

B) A tolerância às políticas recessivas é obviamente muito maior nas nações ricas do que nas pobres. Um país com 3 a 5 mil dólares de renda **per capita** e com a população semi-estacionária pode suportar, com relativa resignação, uma certa queda no seu produto real. Mas esse tipo de política se mostra intolerável para uma nação de renda **per capita** na faixa de 500 a mil dólares, e que se vê obrigada a incorporar permanentemente vastos contingentes adicionais de mão-de-obra aos mercados de trabalho;

C) As relações de trocas dos países em desenvolvimento não exportadores de petróleo vêm se deteriorando acentuadamente desde fins de 1973.

A curto prazo, o aumento do **deficit** em conta-corrente dos países em desenvolvimento os está conduzindo a uma inexorável consequência aritmética: o aumento da sua dívida externa, numa velocidade sem precedentes. Nesse sentido, se alguns Países, como é o caso do Brasil, dispõem de amplo acesso ao mercado financeiro internacional, é de se reconhecer que muitos outros, especialmente os de menor renda **per capita**, estão encontrando severas dificuldades para o financiamento dos seus **deficits** em conta-corrente. Nesse

sentido, há que fortalecer os arranjos institucionais da comunidade internacional, no sentido de atender ao problema desses Países mais seriamente afetados.

Exportações

A médio prazo, obviamente os Países em desenvolvimento terão que reduzir o seu **deficit** em conta-corrente à configuração normal, correspondente à sua capacidade de absorção de capitais estrangeiros. Tanto o equacionamento do problema do endividamento externo quanto o **deficit** em conta-corrente convergem para uma única solução: um esforço excepcional de incremento das exportações.

Se as importações são de difícil compressibilidade, e os encargos de juros tendem a agravar o balanço de serviços, o único remédio para o problema do **deficit** está no aumento das vendas ao exterior. Por outro lado, a única maneira de viabilizar financeiramente o crescimento da dívida externa está no aumento adequado das exportações. Com efeito, o que importa para um País não é basicamente o valor absoluto da sua dívida, mas a relação entre os encargos dela decorrentes e a receita cambial.

Aumentar as exportações num mundo em recessão e apegado ao crescente protecionismo é tarefa que exige habilidade e imaginação. O problema pode mostrar-se excepcionalmente difícil para Países de exportação pouco diversificada, e que podem sofrer o impacto desfavorável da queda dos preços internacionais de alguns dos seus produtos básicos. Casos como o do Brasil mostram, no entanto, que essa política de expansão das exportações, mesmo na atual conjuntura mundial, está longe de se mostrar inviável. O fato de ainda sermos pequenos no comércio mundial nos permite penetrar com aquilo que se poderia intitular o efeito-cunha: compensamos as dificuldades neste ou naquele produto tradicional de exportação ingressando no comércio internacional com novos produtos não tradicionais, em novos mercados e com melhores métodos de comercialização. As estatísticas falam melhor do que qualquer conjectura sobre as possibilidades desse efeito-cunha. Em 1974, apesar de todas as dificuldades mundiais, conseguimos aumentar em 25,8% o valor em dólares das nossas exportações. A comparação dos oito primeiros meses de 1975 com o período correspondente de 1974 indica uma taxa ainda mais expressiva de crescimento, de 28,8%.

Para os países latino-americanos surge uma oportunidade ímpar de aumentarem o comércio intrazonal. Quanto maior for o comércio entre os Países que mantêm o crescimento como primeira prioridade de política econômica, maior será a sua resistência a qualquer crise do mundo desenvolvido. As flutuações da conjuntura internacional transmitem-se de um País para outro via balanço de pagamentos. Um comércio ativo entre os Países que desejam crescer é a melhor garantia da continuidade desse crescimento a longo prazo".

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. LUIZ VIANA NA SESSÃO DE 15-10-75, E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. LUIZ VIANA (ARENA — Bahia. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Antes de ocupar esta tribuna, já me perguntava se o melhor não seria calar. Mas, diante dessa indagação que fiz a mim mesmo, lembrei-me do Padre Vieira, que, ao receber o Marquês de Montalvão, na Bahia, num famoso sermão, da Visitação de Nossa Senhora, pedia que não acontecesse ao Brasil o que havia sucedido à cidade de Amidas, que se perdera pelo silêncio.

Não desejo que meu silêncio seja responsável por qualquer dano; pelo contrário, tenho ouvido muito, nestes últimos dias, numerosos oradores, lido entrevistas, declarações a propósito do

discurso do Senhor Presidente da República, que, entre outras medidas, determinou que a PETROBRÁS adotasse o sistema de Contratos de Risco. E um dos ilustres Líderes da Oposição declarou — e o fez, naturalmente, com uma veia de ironia — que preferia ficar com a opinião anterior do Senhor Presidente Ernesto Geisel, opinião que ele realmente reconheceu, e em boa hora proclamou como uma palavra de homenagem a todos aqueles que, no curso destes anos, julgaram por bem defender ou combater o chamado Contrato de Risco.

Pois bem, Sr. Presidente, o que desejo, sobretudo, é congratular-me com o Presidente Ernesto Geisel por haver mudado de posição, abandonando idéias, conceitos, sentimentos que alimentara ao longo de toda uma vida dedicada ao País e aos problemas de sua segurança e do seu desenvolvimento, para adotar novo ponto de vista. Mas, para que não se diga que nessa matéria de mudança eu estou sozinho, quero começar lembrando um pouco aquele que é realmente o mestre de todos nós. Desnecessário seria dizer que me refiro a Rui Barbosa. Foi ele, ao longo de sua fecunda vida pública, que por mais de uma vez acentuou o quanto é importante sabermos mudar nas horas próprias.

Dizia ele:

"A sinceridade, a razão, o trabalho, o saber não cessam de mudar. Não há outra maneira humana de acertar e produzir. Varia a fé, varia a ciência, varia a lei, varia a justiça, varia a moral, varia a própria verdade, varia, nos seus aspectos, a criação mesmo. Tudo, salvo a intuição de Deus e a noção dos seus devidos mandamentos. Tudo varia; só não varia o obturado, ou o fósil, ou o apedeuta, ou o nêscio, ou o maníaco, ou o presumido."

Veja V. Ex^a, portanto, Sr. Presidente, que me arrimo na palavra de Rui Barbosa. Mas quero, ainda, dar outro conceito do ilustre Mestre, expresso no prefácio à **Queda do Império**:

"Pelo que toca, ao variar de opiniões, deixa-me ter, mais uma vez, o consolo de trazer à praça, como coisa de que me prezo e não me pesa, a deliciosa culpa dos homens de consciência, a única em que hei de morrer impenitente. Beata, beatíssima culpa! Não mo tenham a mal os imutáveis, Deus os desencrue, Deus os reverta da pedra e cal, em homens; Deus os ensine a mudar, porque todo o aprender, todo o melhorar, todo o viver é mudar."

Ora, Sr. Presidente, porque, então, nos admirarmos de que o Presidente Ernesto Geisel, ao tomar uma decisão política — e eu desejo acentuar e sublinhar aqui que foi sobretudo uma decisão política, aquela tomada por Sua Excelência — tivesse posto de lado idéias, preconceitos e sentimentos? É que ele, naquele momento, via o problema brasileiro do petróleo por um novo ângulo que somente um *Chefe do Estado*, somente um *Presidente da República* tem condições para ver, porque tem a visão global dos problemas e todas as suas conseqüências. Por isso mesmo é que esta decisão é política, porque tomada pelo *Chefe do Governo*, perguntando: *o que deve fazer, como deve fazer, quando deve fazer.*

O Presidente Ernesto Geisel, depois de longas investigações, estudos e meditações — e não de afogadilho, como se quis dizer ou insinuar — não apressadamente, mas depois de muitas ponderações, concluiu que deveria ser mudada a política relativamente aos contratos de risco, e que essa mudança devia partir dele, devia ser da sua responsabilidade como *Chefe de Governo*. Isso veio enaltecer ainda mais o Presidente Ernesto Geisel, mostrando que ele está, realmente, na altitude necessária que deve ter um *Chefe de Estado* para tomar decisões desse porte, que se refletem sobre toda a vida do País: sobre a sua vida política, econômica e financeira. S. Ex^a, no momento próprio, no momento exato tomou a decisão que julgou necessária para o desenvolvimento da Nação.

São decisões históricas e graves, Sr. Presidente. E já que falo em histórico, permito-me olhar para o passado, e ir até Tucídides, um

dos mais antigos historiadores do mundo. Ele, ao tratar da Guerra do Peloponeso, pôs na boca de um dos personagens da sua história: "Cabe a nós a responsabilidade dos fatos, bons ou maus; a nós cabe decidir e devemos fazê-lo enquanto é tempo".

Pois bem, Sr. Presidente, o eminente Presidente Ernesto Geisel quis tomar essa decisão quando a julgou oportuna ou enquanto a julgou oportuna. Por que digo isso, Sr. Presidente? Porque, com a situação financeira que atravessamos, com o desequilíbrio da nossa balança comercial e do nosso balanço de pagamentos, é óbvio que, quanto mais procrastinasse essa decisão, quanto mais ela fosse demorada, piores, certamente, seriam as condições que nos poderiam ser impostas pelas companhias interessadas em participar da pesquisa do petróleo no Brasil. Fazemo-lo, portanto, no momento em que ainda temos condições adequadas, propícias, para oferecer a essas companhias que venham participar, com a PETROBRÁS, da pesquisa do petróleo. Essa medida foi tomada em tempo hábil, necessário e indispensável para obtermos o petróleo, sem o qual estaríamos ameaçados de ver interrompido e prejudicado o processo de desenvolvimento nacional. Foi, portanto, Sr. Presidente, uma dessas decisões da maior gravidade, mas uma dessas decisões que o Presidente Ernesto Geisel tomou, querendo dizer à Nação que era ele quem a tomava, que era ele quem aceitava todas as suas conseqüências, porque estava em condições de fazê-lo, não somente pelo conhecimento que tem da matéria, mas também pelas posições que ocupou, através de toda a sua vida pública, quer no Conselho de Segurança, quer no Conselho Nacional do Petróleo, quer como Presidente da PETROBRÁS:

O Sr. Eurico Rezende (ARENA — Espírito Santo) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. LUIZ VIANA (ARENA — Bahia) — Com prazer-

O Sr. Eurico Rezende (ARENA — Espírito Santo) — V. Ex^a, quando fez referência ao descompasso da nossa balança de pagamentos, ofereceu argumento dos mais decisivos e de maior compreensão popular: que o nosso deficit vai a quase sete bilhões de dólares. As importações de petróleo são responsáveis por quase a metade desse deficit. Então, se continuássemos nessa situação — diz muito bem V. Ex^a — estaria seccionado, inapelavelmente, o processo do nosso desenvolvimento.

O SR. LUIZ VIANA (ARENA — Bahia) — O que seria de nós se o General Geisel, como Presidente da República, quisesse continuar pensando como Presidente da PETROBRÁS! Teve Sua Excelência a modéstia, a louvável humildade de reconhecer que, como Presidente da República, a sua responsabilidade era diferente e, portanto, diferente devia ser a sua decisão.

É sempre bom que os homens de Governo, os homens de Estado estejam dispostos a rever os seus pontos de vista.

Conta-se que, entre os que governaram no mundo, um dos que se tinham como mais infalíveis, como menos sujeitos a erros, era Thiers. Um dia, ele disse a Guizot: "Eu nunca erro". Ao que lhe respondeu o historiador e estadista francês: "Pois eu sou mais feliz; de vez em quando, posso corrigir os meus erros."

Realmente, Sr. Presidente, é necessário ao homem de Estado, ao homem de Governo, estar sempre pronto para rever as suas decisões, os seus caminhos, os seus pensamentos, para que eles se ajustem, cada vez mais, aos reclamos e às necessidades da Nação.

Sr. Presidente, eu ficaria extremamente alegre, se, depois de haver falado aqui da feliz mudança do Presidente da República, pudesse voltar a esta tribuna para me congratular com a Oposição, vendo que ela, mais bem informada, com melhor e maior conhecimento dos fundamentos da decisão presidencial, também mudasse a esse respeito. Acredito que isso se dará não a longo, mas a médio tempo. É necessário mudarmos para que as instituições continuem.

Não direi que não tenho inquietações, Sr. Presidente. Nestes últimos dois dias, li esse brilhante cronista político — talvez o mais antigo nos nossos grandes jornais — o Sr. Carlos Castello Branco,

geralmente bem informado, dada a sua longa experiência do Brasil, da nossa vida, dos nossos fatos, e até das nossas surpresas.

Vi num dos artigos, S. Sr. dizer que "alguma mudança substancial terá que ser feita, pelo Governo, no setor político".

Por que teria o Sr. Carlos Castello Branco escrito essas palavras? Num artigo imediato, ele deu seguimento a essas palavras, dizendo que tudo isso que aí está significa, simplesmente, que em 1978 não deverá haver solução eleitoral, e sim política. Vê V. Ex^a, Sr. Presidente, que a decisão do Senhor Presidente da República foi uma decisão política.

O Sr. Teotônio Vilela (ARENA — Alagoas) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. LUIZ VIANA (ARENA — Bahia) — Com muito prazer.

O Sr. Teotônio Vilela (ARENA — Alagoas) — Nobre Senador Luiz Viana, ouvi e, depois, li e reli o discurso do Senhor Presidente da República. Não encontrei a palavra erro ou qualquer confissão de erro da parte de Sua Excelência, com relação à posição em que, anteriormente, se encontrava. O que acabo de ouvir de V. Ex^a, se bem estou ouvindo, é o enaltecimento ou a glória daqueles que corrigem o erro. Mas o Senhor Presidente da República não disse, até agora, que estava errado.

O SR. LUIZ VIANA (ARENA — Bahia) — Nem estou dizendo que o Senhor Presidente da República estava errado. O que eu disse foi que o Presidente declarou, e V. Ex^a deve ter lido, que mudou a sua posição anterior, isto é, Sua Excelência, que tinha uma posição, confessou, nobremente, que havia mudado.

O Sr. Teotônio Vilela (ARENA — Alagoas) — Mas não confesso que estava errado.

O SR. LUIZ VIANA (ARENA — Bahia) — Não está errado em face das circunstâncias atuais. Isso quer dizer que, se, anteriormente, ele tivesse tomado a decisão de agora, provavelmente estaria errado, porque a decisão é política, é circunstancial, decorre de novas condições no mundo e no Brasil. O Senhor Presidente da República tomou essa decisão porque as circunstâncias mudaram, agora, não são as mesmas que levaram Sua Excelência, anteriormente, às conclusões a que se havia referido.

O Sr. Teotônio Vilela (ARENA — Alagoas) — Aceito o que V. Ex^a está dizendo, mas o que eu quero deixar bem claro é que o Senhor Presidente da República não se confessou errado pela posição que tomara até o dia em que assumiu a decisão de fazer a proclamação que fez.

O SR. LUIZ VIANA (ARENA — Bahia) — V. Ex^a perdoe se insisto, porque não sei qual é o objetivo da insistência de V. Ex^a Talvez, V. Ex^a esteja querendo acentuar — desconheço com que propósito — que eu falo em erro do Presidente. Eu não desejo fazer isso. O que eu quero dizer é que o Presidente, num certo momento, em face de uma determinada conjuntura, havia chegado a uma conclusão. Posteriormente, mudaram as contingências — Sua Excelência também mudou a sua posição. É isso que eu louvo, e estou aqui a aplaudir. Isso não quer dizer que Sua Excelência estivesse errado ontem e certo hoje. Não! Isso quer dizer que, se hoje, o Senhor Presidente da República insistisse na mesma posição, quem sabe estivesse errado. É o que se deve concluir do próprio discurso de Sua Excelência.

O que o Presidente Geisel quis transmitir ao País é que, em virtude da gravíssima dificuldade por que passa a Nação, teve que rever e abandonar uma posição anterior, e, voltado, inclusive, para o interesse do Brasil, para o bem-estar dos brasileiros, tomou essa grave decisão de admitir o contrato de risco.

É isso que eu quero dizer, é isso que estou dizendo. Perdoe V. Ex^a, mas não há nenhuma interpretação, fora disso, que seja possível.

O Sr. Teotônio Vilela (ARENA — Alagoas) — Permite, V. Ex^a como democrata, ao nobre companheiro...

O SR. LUIZ VIANA (ARENA — Bahia) — Com muito prazer.

O Sr. Teotônio Vilela (ARENA — Alagoas) — ... ter o direito de fazer uma interpretação...

O SR. LUIZ VIANA (ARENA — Bahia) — E eu tenho o direito de dizer que a interpretação de V. Ex^a é errônea, porque V. Ex^a está interpretando a mim.

O Sr. Teotônio Vilela (ARENA — Alagoas) — V. Ex^a disse bem até onde diz que Sua Excelência mudou, mas V. Ex^a quer deixar claro que o Presidente, ao mesmo tempo, confessara que vinha errado.

O SR. LUIZ VIANA (ARENA — Bahia) — Não quero dizer isso, nem jamais disse isso.

O Sr. Teotônio Vilela (ARENA — Alagoas) — Aí está a Taquigrafia, que registra o enaltecimento de V. Ex^a à grandeza do homem que sabe corrigir o erro. Não é neste sentido que está colocando a mensagem.

O SR. LUIZ VIANA (ARENA — Bahia) — Seria corrigir o erro, se as circunstâncias não tivessem variado.

O Sr. Teotônio Vilela (ARENA — Alagoas) — As circunstâncias mudaram, e o Senhor Presidente da República resolveu mudar de atitude política, mas não confessou que estava corrigindo um erro. É isso que eu gostaria de deixar claro. E quando V. Ex^a acentua que é um problema eminentemente político, — com o que também não concordo, porque ele, no caso, se é uma decisão política para interpretação judicial, V. Ex^a já está colocando bom programa, porque então invoca o poder discricionário para o problema não ser apreciado na Justiça — V. Ex^a está colocando desde já a coisa em termos de uma antecedência admirável. Que é sobretudo uma decisão econômica de graves repercussões para o Brasil, cujos resultados são discutíveis — com este ponto de vista eu fico. Mas permita-me V. Ex^a fazer essas discordâncias, e só as fiz na suposição de que esta Casa é a Casa do debate e do diálogo.

O SR. LUIZ VIANA (ARENA — Bahia) — Agradeço a V. Ex^a apenas porque me permite esclarecer que esse não é o meu pensamento. V. Ex^a entendeu mal; V. Ex^a interpretou mal. Mas estou certo de que, daqui por diante, irá interpretar melhor o que eu disse, o que quis dizer e o que vou dizer.

O Sr. Luiz Cavalcante (ARENA — Alagoas) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. LUIZ VIANA (ARENA — Bahia) — Pois não, com muito prazer.

O Sr. Luiz Cavalcante (ARENA — Alagoas) — Eu, que tenho em mãos, aqui, o texto do discurso presidencial, solicito a V. Ex^a que me permita ler a passagem da mudança de atitude do Presidente da República, quando presta homenagem àqueles que intransigentemente defenderam, no Congresso posição contrária à agora adotada.

O SR. LUIZ VIANA (ARENA — Bahia) — Uma passagem de grande altitude moral.

O Sr. Luiz Cavalcante (ARENA — Alagoas) — Diz Sua Excelência:

"Presto-lhes aqui minhas sinceras homenagens, pela continuada defesa de uma posição que também foi a minha. Essa vinha sendo, realmente, há longo tempo, a orientação dos governos que se sucederam desde 1954, inclusive do atual. Não obstante, estou convicto agora, tendo em vista tudo o que venho de recapitular, de que é chegada a oportunidade da decisão que o meu Governo, a respeito, adotou..."

E Sua Excelência, anteriormente, antecipa, muito explicitamente, os motivos que o levaram a essa mudança de atitude:

"O natural desejo da PETROBRÁS, de tomar a si diretamente todo o problema, como a lei lhe facultava, defronta-se agora com a exigência de ações urgentes, tanto para hoje como para o amanhã, de vez que não há perspectivas alentadoras quanto à redução, nem à estabilização, dos preços do petróleo."

O Sr. Teotônio Vilela (ARENA — Alagoas) — Não há nenhuma confissão de erro.

O SR. LUIZ VIANA (ARENA — Bahia) — Agradeço a V. Exª a contribuição que me é dada pela leitura do texto do discurso do Senhor Presidente e que põe justamente nos seus devidos termos a questão.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, desejei, sobretudo, congratular-me com a Nação por termos um Presidente que é capaz de mudar, de variar, tantas vezes quanto o reclamem as necessidades do País. Tantas vezes a vida brasileira e as circunstâncias políticas do Brasil o reclamem, temos a certeza de que o Presidente Ernesto Geisel a elas se adaptará, mudando para servir ao Brasil. Sua Excelência não tem problemas de ordem pessoal, não tem preconceitos pessoais, a não ser aquele de melhor servir ao Brasil e aos brasileiros.

Este, Sr. Presidente, é realmente para mim motivo não só de alegria mas, sobretudo, de grande confiança na personalidade e na capacidade de decisão do Presidente Ernesto Geisel. **(Muito bem! Palmas.)**

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. JOSE SARNEY NA SESSÃO DE 15-10-75 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE:

O SR. JOSÉ SARNEY (ARENA — Maranhão) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O assunto continuará sendo petróleo. Por muito tempo ainda, esta Casa e a Nação vão, certamente, discutir tema tão importante. Na realidade, neste século, o tema petróleo ocupou grande parte do debate nacional e fez com que o País tomasse uma das suas decisões mais sábias que foi, certamente, o monopólio estatal do petróleo. Decisão política que retirou o petróleo e retirou o Brasil do redemoinho das ingerências de poder que, no mundo inteiro, foram deflagradas em torno dessa questão de tão grande importância.

ressaltou o Senador Luiz Viana, bem como o Líder do Partido, Senador Petrônio Portella desta tribuna, o que significou a decisão do Presidente. Realmente, a Nação deve reconhecer que tivemos aquilo que se chama um momento crítico de decisão.

O meu pronunciamento, nesta Casa e nesta tarde, tem o sentido de despassionalizar o debate, procurando colocá-lo em um léito mais racional, de sorte a que se possam saber os motivos que levaram o Senhor Presidente da República a tomar essa decisão e, certamente, ao esclarecê-los, estabelecer aquele clima de convivência democrática e de debate sereno de que o Senado deve ser, na República, o exemplo mais objetivo.

Em todas as nações, os estadistas têm, em alguns momentos, o dever de decidir com sacrifício, de decidir com sofrimento, porque não é fácil decidir. Recentemente, publicou-se nos Estados Unidos um estudo sobre a Presidência, talvez o mais completo, mas ainda assim já um pouco desatualizado, que foi o trabalho de Arthur M. Schlesinger Jr. sobre *The Imperial Presidency*, em que ele estudava as configurações dos poderes, quase que divinos, da Presidência da maior Nação da terra. Em seguida, veio a crise do Congresso americano e, de repente, essa curva, do balanço entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, também oscilou. Mas ali se conta o que é a tarefa de decidir, muitas vezes definida, por alguns grandes homens públicos, como uma área de extrema solidão, outros como uma área de grandes turbulências, outros como uma área de grandes

tensões e de profundas pressões. O próprio Presidente da República teve a humildade de dizer que decidiu tendo que modificar conceitos, tendo que *aferrir novas realidades*, tendo que escolher aquilo que era o mais importante para a Nação. E ninguém pode duvidar, porque seria terrível, não para o Presidente, mas para o povo que tivesse um Presidente que não se conduzisse com essa altura, com essa magnitude, com essa noção de responsabilidade.

O Deputado George Norris, de Nebraska, certa vez, teve, também, num momento de coragem política, de afirmar: "Esta é a hora de dizer a verdade". É aí, principalmente, que nós vamos identificar o primeiro e grande sentido da fala presidencial. Ela marca para o Brasil uma linha de amadurecimento. Nós já podemos dizer que somos um País que não tem que esconder as suas crises, as suas dificuldades, para não correremos os riscos da depressão psicológica, do contágio da amargura, do pessimismo, que é tão comum aos países subdesenvolvidos. Os países que podem decidir são os países que são donos do seu destino. E é justamente aí o ponto fundamental da fala do Senhor Presidente da República. É uma prova de amadurecimento do Brasil. Nós já podemos confessar as nossas dificuldades, dizer das nossas perplexidades, escolher os caminhos que nós próprios julgamos ser os caminhos do nosso interesse. E isto é uma prova do amadurecimento.

Ouvi, como uma das críticas mais contundentes à decisão do Senhor Presidente da República, que o Brasil mostrava, nesta hora, sua dependência internacional, que o Brasil mostrava ser submisso a conjunturas e que o Presidente tinha agido premido por essas pressões.

O Sr. Itálvio Coelho (ARENA — Mato Grosso) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. JOSÉ SARNEY (ARENA — Maranhão) — Já darei o aparte, com muita honra, a V. Exª Desejo, veementemente, contestar essa versão.

Ao contrário, essa decisão significou, sobretudo, a absoluta liberdade do Brasil para decidir. O País decidiu, antecipando-se a crises que poderiam surgir, valendo-se de suas próprias forças, pesando suas próprias dificuldades e suas condições de digeri-las. O País decidiu, sabendo que iria tomar uma sentença difícil, que teria conseqüências, mas que não poderia postergar.

Ora, o Movimento Democrático Brasileiro teve oportunidade de emitir um comunicado, dizendo que essa decisão foi retardada, que ela poderia ter sido tomada há um ano. Consta da nota do Movimento Democrático Brasileiro.

O Sr. Franco Montoro (MDB — São Paulo) — Pediria a V. Exª que dissesse a que se refere essa decisão que podia ter sido tomada há um ano? Parece que há uma confusão; a nota pretendeu se referir à decisão sobre o álcool.

O SR. JOSÉ SARNEY (ARENA — Maranhão) — Já chegarei a esse ponto.

Em primeiro lugar, não podemos escolher um dos pontos da decisão. A decisão do Governo foi global, ela enfrentou um problema chamado balanço de pagamentos, balanço de pagamentos que significava perigo de recessão e caos. Então foram adotadas várias medidas em relação às quais o MDB teve oportunidade de dizer que lamentava o seu retardamento de um ano, mas, reconhecia a sua necessidade. A Oposição há de compreender que tem usado de uma linguagem não muito precisa, quando afirmou que defendia, há muito tempo, a solução do álcool para diminuir o consumo de gasolina, mas, na realidade, quem defendeu essa solução foram os Senadores Virgílio Távora e Teotônio Vilela, na qual o MDB entrou a reboque e não há um ano, como se refere a nota da Oposição, porque não existe qualquer documento qualquer pronunciamento a esse respeito do Movimento Democrático Brasileiro.

O Sr. Dinarte Mariz (ARENA — Rio Grande do Norte) — Permite V. Exª um aparte?